

# EVOLUÇÃO RECENTE DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL: 2000-2008<sup>(\*)</sup>

## RECENT EVOLUTION OF THE FORMAL BRAZILIAN JOB CREATION: 2000-2008

Maria Alice Pestana de Aguiar Remy<sup>(\*\*)</sup>

Silvana Nunes de Queiroz<sup>(\*\*\*)</sup>

Luis Abel da Silva Filho<sup>(\*\*\*\*)</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa a evolução do emprego formal no Brasil (2000 a 2008) e a fonte de informações provém do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-MTE, uma vez que se deseja apontar e caracterizar o saldo de vagas efetivamente criado ao longo do período. Pretende-se assim, a partir do fluxo de postos de trabalho e não do estoque, enfatizar os tipos de vagas ofertadas produzidos de caráter mais permanente. O objetivo maior é apontar as principais alterações no mercado de trabalho brasileiro e, para tanto resgata o debate subjacente sobre as limitações na criação de postos formais a curto e longo prazo. Os resultados apontam impactos positivos com o aumento no saldo de empregos formais no país a partir de 2003. Entretanto, a estrutura ocupacional resultante das vagas líquidas criadas é precária e seletiva, pois em sua maioria demandaram trabalhadores do sexo masculino, com segundo grau completo, idade de 18 a 24 anos, com rendimentos de no máximo até 2 salários mínimos, ocupados no setor de serviços e comércio, em empresas de micro porte. Além disso, é possível constatar tendências na estrutura do emprego, tanto em relação ao setor de atividades quanto na distribuição dos postos de trabalho entre as grandes regiões.

**Palavras-chave:** Evolução; Emprego Formal; Brasil.

### ABSTRACT

This article analyses the evolution of the formal Brazilian job creation (2000 to 2008) and data is used from Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED — MTE) once the aim is to characterize and point out the real job creation balance along the period. Therefore, the use of a data base with job creation and dismissal was more appropriate than one of the job stocks, since the intention is to verify from a turn over information which type of jobs had more permanent profile. The main purpose of this paper is to examine the evolution of the Brazilian Labor Market. Therefore the aspects of the previous debate on short and long term formal job creation are considered. Our results reveal that the job creation dynamism attained with the vigorous economic performance since 2003 is precarious and selective, since the balance between demand and dismissal is for masculine gender, high-school graduate, 18 through 24 years of age, up to two minimum wage salary, on the service and commerce sector in small companies. Futhermore, it is possible to observe some moderate change trends among sectors as well as among Brazilian regions transforming job structure.

**Keywords:** Evolution; Formal jobs; Brazil.

(\*) Agradecimentos aos comentários e sugestões do professor Amilton Moretto do IE/Unicamp.

(\*\*) Doutoranda em Desenvolvimento Econômico Instituto de Economia — Universidade Estadual de Campinas e Pesquisadora do CESIT/Instituto de Economia — Unicamp. *E-mail:* <remy@unicamp.br>.

(\*\*\*) Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri-URCA e Doutoranda em Demografia Nepo — Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). *E-mail:* <Silvanaqueirozce@yahoo.com.br>.

(\*\*\*\*) Mestre em Economia pelo PPGECO-UFRN e Pesquisador do Observatório das Metrôpoles. *E-mail:* <abeleconomia@hotmail.com>.

Para se analisar a evolução de postos de trabalho formais no período 2000-2008, é preciso retomar tanto o cenário macroeconômico mundial e o brasileiro de então, como resgatar o debate subjacente em relação à estrutura do emprego da década de 90.

Os anos 90 se destacaram por uma série de transformações na economia internacional. Globalização, pressão para a livre circulação dos capitais, abertura comercial e financeira em vários países, sobretudo naqueles em desenvolvimento. O Brasil não passou incólume a esse movimento internacional. Internamente, um segmento de atores sociais como pesquisadores, acadêmicos e políticos apostaram na inserção do Brasil na onda de grandes transformações da economia mundial. Isto significaria o aumento da eficiência e potencial da economia nacional que passava necessariamente por uma redefinição do papel do Estado, reduzindo sua interferência no mercado, com o objetivo de desenvolver a competitividade na economia.

Nesse contexto, o Estado “empresário” em um quadro financeiro internacional de alta liquidez, diferentemente do que ocorrera durante os anos 80, deveria dar lugar a um Estado “regulador”. A reversão da tendência vai ensejar as privatizações de empresas estatais durante os anos 90, e a economia brasileira contará com recursos externos de curto prazo contratados a juros altos, com investimentos diretos e mesmo com os recursos destinados à própria privatização de estatais. A inflação alta e crônica com a entrada de vultosos recursos permitiria a adoção do programa de estabilização da moeda.

É consenso para qualquer linha de pensamento econômico que as mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira, durante a década de 90, conduziram à eliminação de empregos não acompanhada pela criação de novos postos de trabalho no mesmo patamar, embora houvesse exigência de empregos para fazer frente ao crescimento da população em idade ativa. Pode-se, entretanto, distinguir dois tipos de interpretações para o fato.

A primeira vertente<sup>(1)</sup> defendia que a geração de empregos ocorria em virtude de fatores inerentes ao próprio mercado de trabalho. A questão do emprego estaria relacionada, então, tanto ao estágio do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo quanto à própria forma da regulação social brasileira; entretanto, a longo prazo poderia gerar empregos de maior qualidade e melhor renda.

Em primeiro lugar, como já afirmei, a baixa geração de novas vagas está associada ao rápido crescimento da produtividade do trabalho. Não há dúvida quanto a esse fator, é o que evidenciam claramente as informações disponíveis sobre ganhos de produtividade na economia brasileira. (AMADEO 1999, p. 35.)

Esta evolução sugere uma tendência ao aumento do desemprego [...] sugere algumas mudanças na legislação que rege o funcionamento do mercado de

---

(1) Ver AMADEO (1999); NERI, CAMARGO E REIS (2000); BONELLI (1999).

trabalho brasileiro no sentido de criar incentivos para que o investimento em qualificação e treinamento específico seja melhor distribuído entre Estado, empresas e trabalhadores. (NERI, CAMARGO E REIS 2000, p. 36.)

Paralelamente, a elevação da informalidade poderia ser explicada pelas novas formas de produção e de relações do trabalho que tenderiam a aumentar o número de trabalhadores autônomos em virtude do processo de terceirização. Atividades executadas dentro das empresas até então, passariam a ser realizadas fora delas, reduzindo o número de trabalhadores empregados anteriormente como assalariados. Conseqüentemente, o setor de serviços cresce relativamente em detrimento do setor industrial. Esse aumento relativo do emprego no setor serviços explicaria as perdas de postos de trabalho, já que o setor serviços seria mais propenso a gerar empregos informais.

A segunda vertente<sup>(2)</sup> se opunha aos argumentos de que o problema do emprego estava relacionado apenas à elevação de produtividade e ganho de competitividade da economia brasileira, bem como à existência de um marco regulatório inócuo para o estágio do capitalismo vigente. Para esta vertente, as questões centrais eram a falta de dinamismo da economia, a inexistência de política industrial e de distribuição de renda.

A rápida deterioração das contas externas, a resposta da política econômica tem sido o desaquecimento periódico da economia, seja via aperto monetário-creditício, seja via corte dos gastos públicos e aumento da arrecadação, em detrimento da renda disponível e da poupança privada. Os impactos dessa política de *stop & go* sobre o mercado de trabalho e sobre a capacidade de geração de empregos vêm sendo extremamente negativos, tendo em vista que os miniciclos de crescimento observados nos anos 90 não recompuseram a mão de obra expurgada nos períodos de retração — quando muito, o fizeram sob formas precárias de ocupação. Adicionalmente, as empresas que lograram sustentar sua competitividade e garantir seus espaços no mercado interno não são pródigas em atividades tecnológicas, sendo, em geral, pertencentes a setores de baixo valor agregado. (COUTINHO, BALTAR e CAMARGO 1999 p. 82.

[...] Perderam-se postos de trabalho e poder de compra, a despeito das modificações realizadas no padrão de regulação das relações do trabalho. A maior flexibilidade desse padrão não trouxe a melhoria prometida para os empregados. [...] (DEDECCA 1998 p. 103.)

Este grupo recomendava o aumento do dinamismo da economia que passava necessariamente pelo conteúdo da política industrial. Essa deveria contemplar tanto a preservação da competitividade dos setores de *commodities* quanto o fortalecimento dos complexos industriais de mais alto valor agregado e conteúdo tecnológico. Além disso, grupos empresariais nacionais deveriam ter expressão como atores no plano global, o que passava necessariamente por financiamentos de longo prazo. Entretanto, algumas medidas de curto prazo deveriam ser ativadas para minorar o desemprego

---

(2) Ver COUTINHO, BALTAR e CAMARGO (1999); DEDECCA (1998).

da década de 90. Entre as ações mais importantes propunham o estímulo à construção civil, o aperfeiçoamento do tratamento tributário, a capitalização do crédito para as pequenas e microempresas, programas setoriais de desenvolvimento do setor serviços em seus segmentos intensivos em emprego, intensificação dos programas de treinamento e educação dos trabalhadores desempregados e precariamente ocupados, e ampliação e aperfeiçoamento do programa de reforma agrária de forma integrada à política agrícola e a outras políticas como infraestrutura, educação e saúde.

Assim, o objetivo deste texto é cotejar os aspectos levantados pelas duas vertentes anteriormente descritas, a partir das alterações observadas no mercado de trabalho brasileiro no período 2000-2008. Por esta razão, a primeira parte do trabalho contém um panorama das principais características da economia mundial e brasileira nos anos 2000. Em seguida, a evolução e o comportamento do emprego formal são abordados a partir do saldo de vagas entre admitidos e desligados entre 2000 a 2008, no Brasil. A terceira parte procura traçar o perfil do saldo de novos postos de trabalho, no período. Por último, são feitas as considerações acerca das alterações nos postos formais ao longo dos anos 2000. A fonte de dados da pesquisa constitui-se em informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de 2000 a 2008, e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) entre os anos de 2001 a 2008.

## 1. A DINÂMICA ECONÔMICA DOS ANOS 2000

O cenário pessimista dos anos 90 é rompido nos anos 2000 com a possibilidade de recuperação da economia brasileira. Inicialmente, as taxas de crescimento permaneceram módicas, mas a balança comercial passou a registrar um saldo positivo já em 2002, o que significou uma reversão do quadro anterior. No início da década, ainda se vivencia incertezas. Houve alguma desaceleração da economia brasileira tanto em virtude de uma crise de energia elétrica que havia provocado racionamento no país quanto em relação a instabilidades externas, como a crise na Argentina e os atentados nos EUA.

Internamente, em 2002, a vitória do candidato da oposição nas eleições presidenciais também causou incertezas quanto ao rumo da política econômica a ser adotada. A moeda nacional alcançou a cotação de R\$ 3,63 em relação ao dólar (EUA). Tal variação do câmbio elevou substancialmente a dívida pública atrelada à moeda estrangeira. Como registrado entretanto, anteriormente o saldo comercial (2002) elevou-se significativamente em relação ao ano anterior, pois caem as importações (15%) e crescem as exportações (3,7%)<sup>(3)</sup>. Ainda, no quadro interno, a manutenção e aplicação de políticas fiscais e monetárias restritivas pelo novo governo, instaurado em janeiro de 2003, trouxe calma ao ambiente macroeconômico. São mantidas as metas de inflação, o câmbio flexível e o superávit primário. Entretanto, a novidade residiu no fato de

---

(3) Ver Panorama da Economia Brasileira in: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2000/2005/comentario.pdf>>.

que é dado novo ímpeto ao papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o processo de privatizações é desacelerado. No ambiente externo, as condições favoráveis da economia mundial, com o crescimento da China, vêm de encontro às possibilidades geradas internamente, pois além de exportador de *commodities*, o Brasil também se firmou como exportador de produtos manufaturados.

Analisando a inserção brasileira, é possível verificar que o *market-share* total das exportações brasileiras aumentou de 0,9% em 1995 para 1,2% do total mundial em 2005. Esse aumento refletiu o ganho de participação em praticamente todos os grupos de produtos. No caso das *commodities* primárias, o *market-share* brasileiro saltou de 3% para 4,5% do total mundial em 2005, explicando em grande parte a melhora da posição global do país. Apesar disso, o ganho de participação também foi expressivo nos produtos de média e alta intensidade tecnológica e nos produtos energéticos. HIRATUKA, BALTAR E ALMEIDA, 2007, p. 5.)

Essa sinergia entre a economia brasileira e as condições externas permite uma elevação significativa (5,7%) do Produto Interno Bruto (R\$ 1,941 trilhão em valores correntes) em 2004. A referida dinâmica mostrou logo os resultados positivos no mercado de trabalho, aumentando o número de empregos. Tal comportamento não se repete com a mesma intensidade em 2005, quando o PIB alcança R\$ 2,148 trilhões em valores correntes, um crescimento real menor (de 2,9% no ano). De acordo com boletim do IBGE, já mencionado, a retração do crescimento ocorreu em função da excessiva dose na elevação da taxa básica de juros (Selic) aplicada para conter pressões inflacionárias e iniciada no final de 2004. No segundo semestre, a partir de julho de 2004, o Banco Central passou a reduzir sistematicamente a taxa básica de juros e com a inflação em níveis aceitáveis pela meta, a formação bruta de capital fixo atingiu 16,3% em 2005 e o aumento de crédito (21,5% ao ano) fez o consumo final crescer em 4,1%.

Em primeiro lugar, há que se destacar uma melhoria generalizada em relação à quantidade de empregos formais gerados em função da permanência das condições externas e internas favoráveis, mas há que se atentar para outros pontos importantes:

a) a necessidade de melhorar a máquina de arrecadação do Estado para fazer frente ao crescente endividamento público (gerado para produzir superávit fiscal como forma de garantir condições de honrar o pagamento da dívida); b) o papel das instituições públicas, especialmente as incumbidas de fiscalizar e garantir cumprimento da legislação social e trabalhista; c) a formalização de micro e pequenas empresas (onde se concentra grande parte do trabalho sem proteção) para acesso ao crédito e aos programas de incentivos fiscais; d) a atuação sindical, canalizando uma aspiração social para acesso à seguridade social BALTAR *et alli*. (2010, p. 22).

Um aspecto importante é examinar a evolução do mercado de trabalho no período 2000-2008, tanto em relação aos ocupados em geral como aos postos formais.

Considerando-se ocupados na PNAD, os maiores de 10 anos que estavam trabalhando, afastados ou dedicados ao autoconsumo e à autoconstrução podemos observar que a variação percentual é bem inferior àquela encontrada para os empregados formais<sup>(4)</sup>. Tal movimento aponta para maior geração de empregos formais em relação aos informais no período, à exceção do ano de 2002. Em 2003, a população ocupada apresenta crescimento de 1,53% enquanto as ocupações formais aumentam em 3,79%. Esse comportamento perdura ao longo do período estudado, cabendo destacar o ano de 2007 quando a categoria dos ocupados aumenta em 2,32% e os postos formais em 7,31%. (Tabela 1)

**Tabela 1 — Evolução dos ocupados formais e não formais —  
Brasil (2000-2008)**

<b>Anos</b>	<b>Ocupados</b>	<b>Var. (%)</b>	<b>Formais (2)</b>	<b>Var. (%)</b>	<b>Outros (1) - (2)</b>	<b>Var. (%)</b>
2001	76.098.533		27.287.772		48.810.761	
2002	78.958.866	3,76	28.215.605	3,40	50.743.261	3,96
2003	80.163.481	1,53	29.284.492	3,79	50.878.989	0,27
2004	84.596.294	5,53	31.263.668	6,76	53.332.626	4,82
2005	87.089.976	2,95	35.537.088	4,07	54.552.888	2,29
2006	88.725.147	1,88	33.908.720	4,22	54.816.427	0,48
2007	90.786.019	2,32	36.386.753	7,31	54.399.266	-0,76
2008	92.394.585	1,77	38.302.592	5,27	54.091.993	-0,56

Fonte: PNAD, elaboração própria.

Em que pese a geração expressiva de postos de trabalho formais, é preciso verificar o comportamento do saldo entre admissões e demissões bem como seu perfil para se analisar o movimento do período. Para tal tarefa, utiliza-se o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre 2000 e 2008. O CAGED registra o fluxo mensal entre admissões e desligamentos informados pelos estabelecimentos. Portanto, são informações oriundas de Registros Administrativos.

As análises das informações oriundas dos Registros Administrativos muitas vezes divergem das obtidas a partir das pesquisas domiciliares, em razão de diferenças metodológicas envolvendo, entre outras, a conceituação de variáveis, a cobertura, o período de captação das informações e as fórmulas de cálculo utilizadas. Há, portanto, necessidade de alguns ajustes caso se deseje fazer estudos comparativos entre essas fontes de informações. No entanto, considerando as particularidades de cada uma, em termos gerais verifica-se a mesma tendência na captação do fenômeno. (MTE, 2010.)

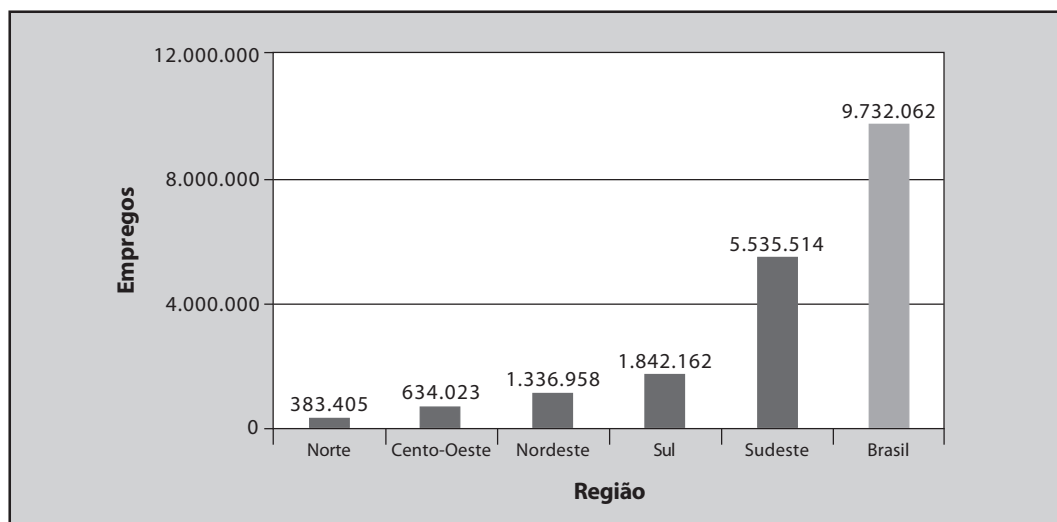
(4) Foram considerados postos formais aqueles destinados a pessoas com 10 anos ou mais cuja posição na ocupação era de empregado com carteira, militar ou funcionário público.

Além disso, o CAGED foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, o que restringe o seu escopo, deixando de fora militares e servidores estatutários.

## 2. A EVOLUÇÃO DO SALDO DE VAGAS FORMAIS — 2000 A 2008

Conforme as informações do CAGED entre 2000 e 2008, o Brasil contabilizou saldo positivo de 9.732.062 novos postos de trabalho com carteira assinada, com média anual de 1.081.340 novas vagas. De 2003 até o ano de 2008, o saldo de empregos líquidos criados foi de 7.720.972, com média de 1.286.829 novas vagas de trabalho ao ano.

Gráfico 1 — Saldo do emprego formal acumulado segundo nível geográfico e Brasil (2000-2008)



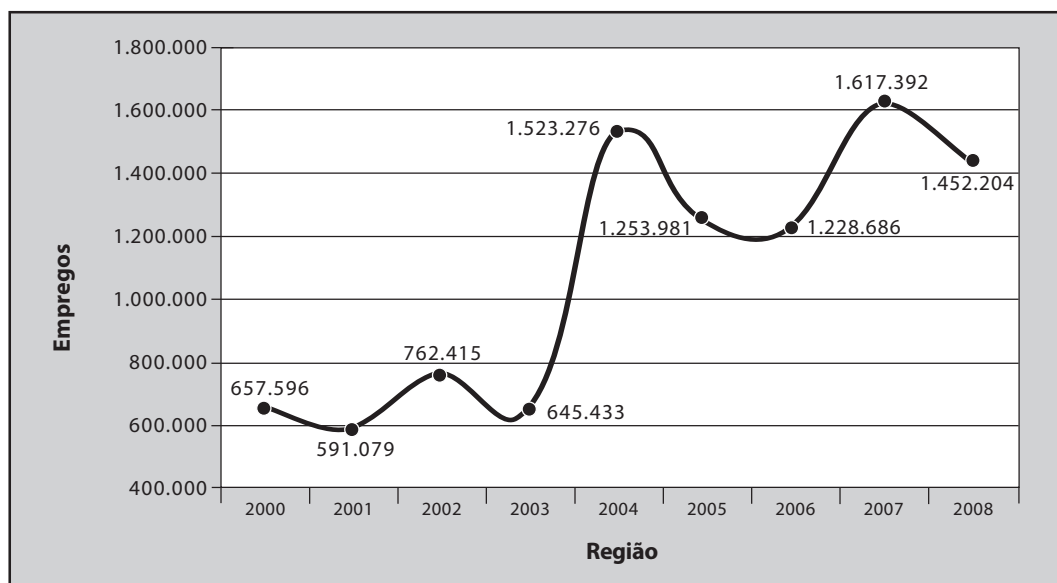
Fonte: CAGED/MTE 2010, elaboração própria.

Na análise regional, os resultados do CAGED indicam que, ao longo do período 2000-2008, a expansão no número de postos de trabalho formais foi positiva para todas as cinco grandes regiões brasileiras. No entanto, o recorte geográfico aponta grandes disparidades, com a concentração de mais da metade (56,88%) do total das novas vagas líquidas de empregos oriundos da região Sudeste (5.535.514), seguido timidamente pela região Sul, responsável por 1.842.162 (18,93%) novos empregos formais do país. O Nordeste brasileiro aparece em terceiro lugar, com 1.336.958, ficando, tal região, com 13,74% do total de empregos gerados com carteira assinada no período. As regiões Centro-Oeste e Norte com 6,51% e 3,94% novas vagas respectivamente, aparecem nos últimos lugares em criação de empregos formais entre 2000 e 2008. Esses resultados, na verdade, refletem a dinâmica econômica do país, que ainda concentra a maioria da riqueza/investimentos no Sudeste e Sul do país.

No tocante à evolução anual da geração de empregos com carteira assinada, entre 2000-2008, a série mostra que o ano de 2001 (591.079), indica a menor quantidade de empregos líquidos criados ao longo dos nove primeiros anos da década. Em seguida, no ano de 2003, são criados 645.433 novos postos de trabalho (celetistas), representando o segundo ano mais modesto na criação de empregos dos nove anos analisados.

Todavia, a partir de 2004, o número de novas vagas criadas aumenta mais de cem por cento, ao passar de 645.433 empregos formais abertos, em 2003, para 1.523.276 novos postos de trabalho em 2004. Mantém-se então a tendência de criação de mais de 1 milhão de novos postos de trabalho anuais. O ano de 2007 merece destaque já que o saldo líquido atinge o número *record* de 1.617.392 empregos. Mesmo em 2008 diante da crise econômica mundial, o país fecha o ano com saldo de 1.452.204 novas vagas abertas.

Gráfico 2 — Saldo de vagas formais — Brasil (2000-2008)



Fonte: CAGED/MTE 2010, elaboração própria.

Em relação aos setores de atividades, observa-se que os serviços foram os de maior expressão em quantidade líquida de postos de trabalho criados (3.937.771). Em seguida, vem o setor de comércio com 2.812.304 postos. Os dois setores em conjunto representaram quase 70% das vagas líquidas geradas na economia brasileira no período. Merece destaque o desempenho da indústria de transformação, terceira colocada, responsável por mais de 2.000.000 de empregos ou 21,5% do total do saldo líquido entre 2000 e 2008. Entretanto, o comportamento da indústria em relação ao mercado de trabalho é irregular, ao longo do período, embora sempre apresentando saldo positivo de geração de postos. Em 2000, no início do período estudado, foi responsável por 192.863 vagas (29,3% de participação no total dos setores), vindo



apenas após o setor de serviços como maior gerador de empregos líquidos. No final do período, 2008, aparece em terceiro lugar (com cerca de 178.000 vagas), depois dos setores de serviços e comércio. Entretanto, chegou a alcançar o primeiro lugar em maior geração de empregos em 2004, quando atingiu 500.000 postos com 33% da participação entre todos os setores. A segunda colocação então coube ao setor de serviços com 470.000 vagas e 30,8% da composição total do saldo de empregos.

Por outro lado, os setores, extrativo mineral, serviços de indústria de utilidade pública, de construção civil, a administração pública e a agropecuária tiveram baixa participação em seu conjunto, (9,06%) no saldo dos postos de trabalho criados, entre 2000 a 2008. Deve-se ressaltar a recuperação da construção civil. Esse setor apareceu em quarto lugar em número de vagas geradas (483.625), ao longo da série, o que significou 4,97% dos postos líquidos na economia brasileira. Mas a trajetória do setor é bastante inconstante ao longo do tempo.

Em 2000, o setor da construção despediu bem mais do que contratou e este quadro vai se asseverando até 2003 quando cerca de 48.000 pessoas são desligadas. Nesse ano, foi o único setor a apresentar saldo negativo (-7,46%), pois os demais foram criadores de vagas. Entretanto, a situação se altera sobremaneira a partir de 2004, quando são gerados mais de 50.000 postos líquidos no segmento. A tendência ascendente continua. Em 2005 e 2006, mantém um saldo positivo de cerca de 85.000 vagas, elevando assim sua participação junto aos demais setores e alcança, em 2008, o saldo de 197.000 empregos novos (13,63% do total de setores).

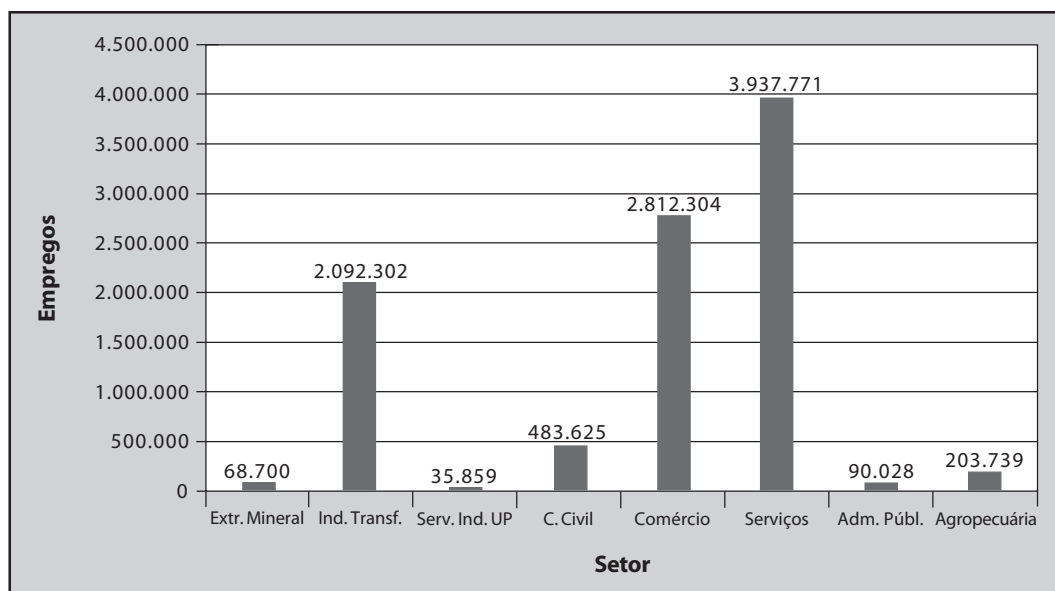
A agropecuária continua tendo pequena participação na geração de empregos no país, representando o quinto lugar em número de postos líquidos para a sociedade brasileira no período. Ao contribuir apenas com 1,49% das vagas em 2000 (9.795) e 1,26% em 2008 (18.232), dobrou-se o número de vagas absolutas ao longo do período, mas a participação no total de empregos gerados recuou. Apenas, em 2003 e 2004, mostrou expressão com 5% e 9% das vagas geradas. Entretanto, ainda mantém-se à frente da administração pública, o segmento extrativo mineral e os serviços de utilidade pública.

O setor de administração pública<sup>(5)</sup> produziu em média 10.000 vagas ao ano durante o período em tela, destacando-se o ano de 2005 como o de maior número de postos (21.000) e, 2004 o de menor, pois neste último caso houve mais dispensas (380) do que admissões. Ressalta-se que foram encontrados 7.734 casos ignorados, sem classificação de setor.

---

(5) Estabelecimentos públicos que admitiram ou dispensaram empregados com contrato de trabalho regido pela CLT.

Gráfico 3 — Saldo de vagas formais segundo setor de atividade econômica — Brasil (2000-2008)



Fonte: CAGED/MTE 2010, elaboração própria.

Para se avaliar que tipo de empresa criou vagas, captou-se o número de empregos líquidos no período por porte de estabelecimento. A Figura 4 mostra a geração positiva de vagas em estabelecimentos de diversos portes<sup>(6)</sup> no intervalo de 2000 a 2008. Entretanto, é possível observar que empresas com até 19 funcionários (microporte) foram capazes de criar quase 85% das vagas (8.260.173). Em parte, esse resultado é reflexo das políticas de incentivos às micro e pequenas empresas por meio do Super Simples, que tributa estabelecimentos desse porte de maneira diferenciada, a partir de um regime que unifica tributos federais, estaduais e municipais e, em alguns casos, isenta os microempreendedores individuais em praticamente todos os tributos<sup>(7)</sup>.

Se por um lado a maioria das ocupações formais geradas ocorrem em empreendimentos de microporte, por outro lado, em segundo lugar, destaca-se os estabelecimentos com mais de 500 empregados (grande porte). Consideradas grandes empresas, esse segmento foi responsável por 7,2% das vagas efetivamente criadas no período, mostrando um saldo líquido de quase 700.000 pessoas a mais em seus quadros.

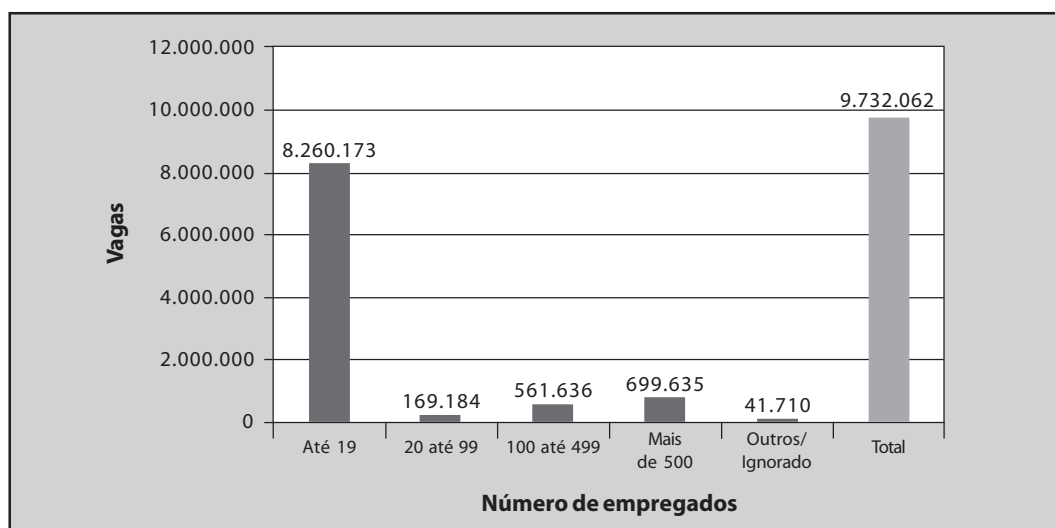
As grandes empresas são seguidas de perto pelos estabelecimentos pouco menores, de 100 a 499 empregados (médio porte), que criaram mais de 560.000 vagas, ficando em terceiro lugar em contribuição.

(6) A definição sobre o porte do estabelecimento segue a classificação do SEBRAE a partir do número de empregados e do setor de atuação da empresa (SEBRAE, 1999).

(7) Maiores detalhes veja a Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008.

Em último lugar, estão os empreendimentos de 20 a 99 funcionários (pequeno porte), com um saldo de 169.184 vagas a mais, apenas 1,7% do total.

**Gráfico 4 — Saldo de vagas segundo porte do estabelecimento — Brasil (2000-2008)**



Fonte: CAGED/MTE 2010, elaboração própria.

Tomando-se em conta o tipo de trabalhador que ocupa as novas vagas, analisa-se a seguir o perfil deste empregado.

### **3. BRASIL: PERFIL DAS VAGAS CRIADAS ENTRE 2000 A 2008**

#### **Sexo**

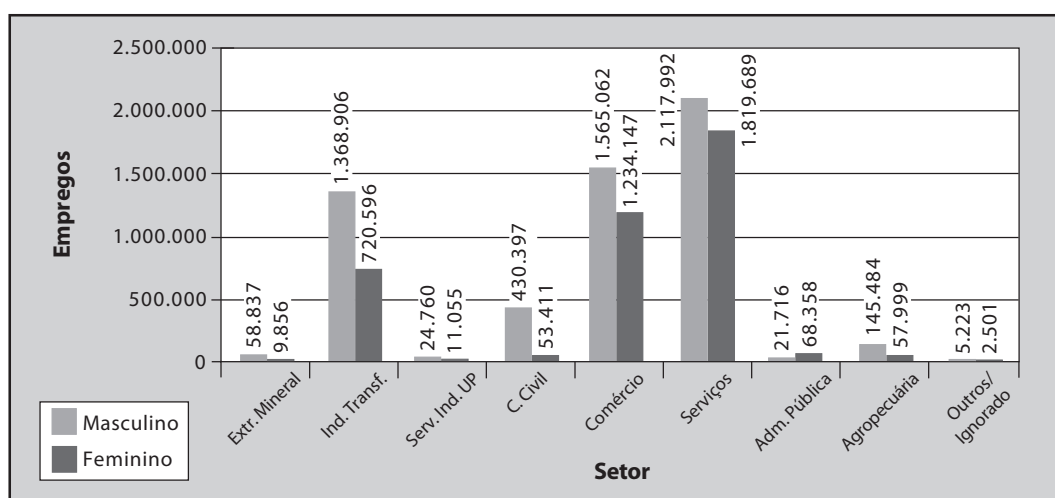
Das 9.715.989 vagas criadas no país para o período, aproximadamente 59% foram preenchidas por homens e quase 41% por mulheres, apontando para a preferência do empregador pela mão de obra masculina. Também merece ser destacado que todos os setores tiveram geração líquida positiva de postos ao longo do período.

O setor de serviços é o ramo que mais emprega mulheres (cerca de 1.800.000) com 18% do total dos empregos líquidos. A força de trabalho masculina também se concentrou nesse setor, com 2.117.992 novos postos de trabalho, 21,80% do total de vagas geradas.

Tanto para homens (16,11% do total) quanto para mulheres (12,70%) o setor de comércio aparece como o segundo maior gerador de postos. O terceiro lugar é ocupado pela indústria de transformação. Neste setor, as vagas criadas para os homens são quase o dobro das abertas para as mulheres, representando 14,09% do total líquido para eles e 7,42% para elas.

Em seguida, para os homens, a maior geração foi no ramo da construção civil, enquanto para as mulheres foi a administração pública. Na construção civil, o saldo total do período foi de mais de 430.000 empregos (4,4% do total gerado em todos os setores) com apenas 53.000 para as mulheres (0,5%). Entretanto, quando o item de análise, para a criação líquida de postos de trabalho formais para o período, é a distribuição por setor de atividade econômica segundo o sexo, merece destaque a administração pública. Apenas neste segmento a quantidade de vagas criadas é ocupada em sua maioria por pessoas do sexo feminino (68.358) em detrimento do masculino (21.716).

Gráfico 5 — Saldo de vagas segundo o sexo por setor de atividade — Brasil (2000-2008)



Fonte: CAGED/MTE 2010, elaboração própria.

Observa-se ao longo do período uma elevação da participação da mulher. Para o último ano da série (2008), por exemplo, a quantidade de postos gerados para elas é superior aos criados para os homens, nos setores de serviços, comércio, indústria de transformação, administração pública e agropecuária. Apenas nos ramos extrativo mineral, serviços industriais de utilidade pública e construção civil, é mantida a prática de mais empregos para os homens.

### Idade

Além da variável sexo, a faixa etária é outra variável seletiva no mercado de trabalho. No total de empregos líquidos gerados (9.732.062), ao longo de 2000 a 2008, quase 74% (7.188.093) foram ocupados por pessoas na faixa etária de 18 a 24, uma curiosidade a ser ressaltada em razão da grande preocupação com o emprego juvenil. A criação manteve-se 78% em média no período para o referido segmento etário. É possível conferir na Tabela 2 o saldo de vagas em número absolutos e relativos de acordo com a faixa etária no período.

Ao considerarmos o saldo líquido de vagas ocupadas por pessoas com até 39 anos, encontramos 10.744.758, ou seja, mais do que o total líquido de vagas criadas (9.732.062). Isso aponta para uma substituição de empregados com idade superior a 39 anos e provavelmente, com melhores salários, já que estes perderam mais de um milhão de empregos no período.

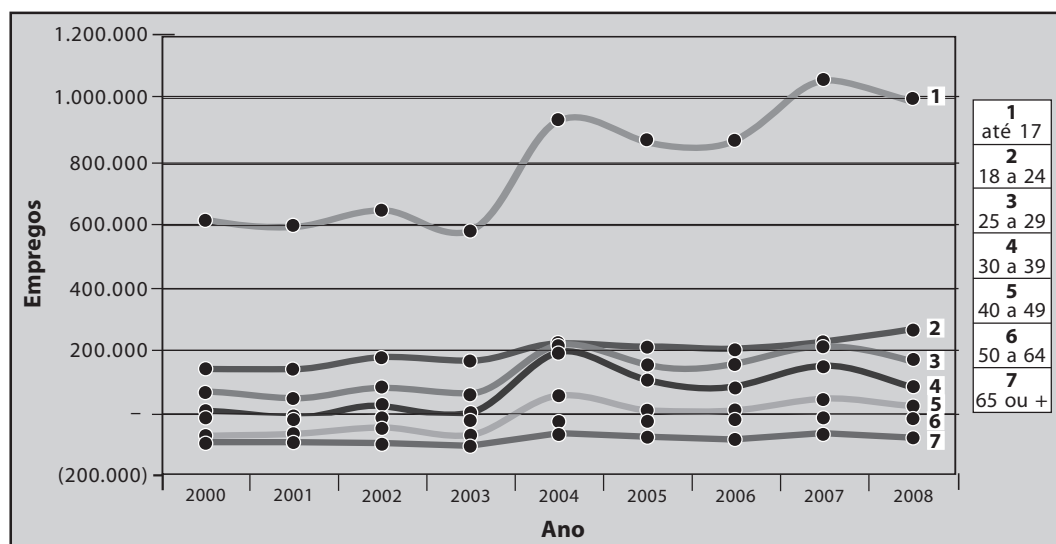
Tabela 2 — Saldo de vagas formais segundo a faixa etária — Brasil (2000-2008)

Faixa etária	Saldo	(%)
Total	9.732.062	100
Até 17	1.766.303	18,1
18 a 24	7.188.093	73,9
25 a 29	1.175.130	12,1
30 a 39	615.232	6,3
40 a 49	(99.997)	(1,0)
50 a 64	(744.024)	(7,6)
65 ou +	(179.985)	(1,8)
Ignorado	11.310	0,1

Fonte: CAGED, elaboração própria.

O grupo etário de 50 a 64 anos é o mais vulnerável, com perda total de 744.024 postos ou 7,6% do total de vagas no período. Portanto, adultos de meia-idade também são bastante excluídos da atividade econômica formal, além dos idosos como é mais esperado.

Gráfico 6 — Evolução do saldo de vagas segundo a faixa etária — Brasil (2000-2008)



Fonte: CAGED/MTE 2010, elaboração própria

Adultos de 40 a 49 perdem muitos postos entre 2000 e 2003, mas, a partir de 2004, a tendência se altera e o saldo entre admissões e desligamentos passa a favorecer as primeiras; todavia, o saldo acumulado no período em questão é negativo em -99.997 ocupações “queimadas”.

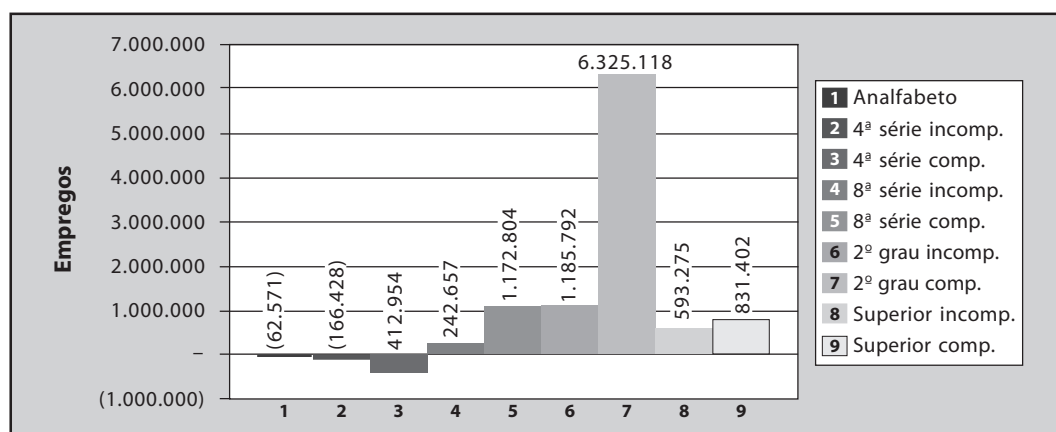
Para adultos com 50 anos ou mais, houve, em todos os anos, mais desligamentos (em média 9,4% do saldo líquido) do que admissões. Observa-se, no entanto, que o desaparecimento de vagas era relativamente bem superior no início do período, chegando a representar 16% em 2001 (94.633 desligamentos) e 4,8% em 2008 (69.799 desligamentos). Há, portanto, uma tendência de se reduzir relativamente os desligamentos para essas pessoas no período, mesmo se considerando um ano como o de 2008, atípico em relação à atividade econômica, em virtude da crise internacional de crédito.

### Grau de instrução

A partir da análise do saldo de vagas criadas segundo o grau de instrução, fica nítido, mais uma vez, a vulnerabilidade em que se encontram os trabalhadores que possuem poucos anos de estudos, pois os mesmos são os mais propensos a serem demitidos e/ou não admitidos.

Os trabalhadores que se encontram nos três primeiros níveis de escolaridade (analfabetos, 4ª série incompleta e 5º ano completa) apresentaram mais demissões do que admissões nas 5 grandes regiões do Brasil. Na verdade, os dados do CAGED não apontam nenhuma novidade. Isso porque os resultados indicam que o mercado de trabalho torna-se mais exigente em relação ao nível de instrução médio a cada ano. Entretanto, é preciso ressaltar que da mesma forma que a demanda por pessoas com baixos níveis é reduzida, trabalhadores altamente qualificados também não encontram vagas na estrutura produtiva brasileira. Assim, computa-se apenas uma vaga líquida para trabalhador com doutorado e nenhuma para mestrado. Os ignorados são 22.966, perfazendo então o total de 9.732.062 vagas líquidas geradas no intervalo de 2000 a 2008.

Gráfico 7 — Saldo de vagas segundo o grau de instrução — Brasil (2000-2008)



Fonte: CAGED/MTE 2010, elaboração própria.

As vagas líquidas de empregos abertas, no Brasil, entre 2000 e 2008, foram em sua grande maioria para os trabalhadores com o segundo grau completo, 65%, ou 6.325.118 vagas. Em seguida, gerou-se também um grande número para pessoas com segundo grau incompleto (12%) e oitava série completa (12%).

Podemos inferir com isso que a estrutura produtiva brasileira gerou 89% de empregos líquidos no período para pessoas com grau de instrução com oitava série completa até o segundo grau completo, com um saldo de quase 8.700.000 empregos em um total de 9.732.062 novas vagas.

Foram produzidos cerca de 830.000 empregos para pessoas com nível superior completo (8,5%) e 590.000 para nível superior incompleto (6,1%). Em termos relativos podemos conferir na Tabela 3.

**Tabela 3 — Saldo de vagas formais segundo o grau de instrução — Brasil (2000-2008)**

<b>Instrução</b>	<b>Total</b>
Total	100
Analfabeto	-0,6
4ª série incompleta	-1,7
4ª série completa	-4,2
8ª série incompleta	2,5
8ª série completa	12,1
2º grau incompleto	12,2
2º grau completo	65,0
Superior incompleto	6,1
Superior completo	8,5
Mestrado	0,0
Doutorado	0,0
Ignorado	0,2

Fonte: CAGED 2010, elaboração própria.

A tendência ao longo do período foi aumentar a participação do segmento com segundo grau completo. Ao se tomar o início e o fim do período (2000 e 2008), pode-se constatar que em 2000, 373.484 novas vagas ou 56,80% dos empregos destinaram-se àqueles com o segundo grau completo, aumentando significativamente a sua contribuição, para 979.507 trabalhadores ou 67,45% em 2008. Por outro lado, caiu, consideravelmente em números absolutos e relativos, a criação de postos de trabalho ao longo do tempo para as pessoas com o primeiro grau completo (9º ano completa). Nesse caso, passa-se de 21,19% das vagas em 2000 (139.348), para 6,06% empregados em 2008 (87.936).

### *Faixa de rendimento*

Pela variável rendimento, ficam evidentes os baixos níveis salariais do mercado de trabalho brasileiro, que apesar do significativo aumento na geração de empregos formais (9.732.062), e do aumento na demanda por mão de obra mais qualificada, nos últimos anos, estes se concentram (67,86%) na faixa de mais de um salário mínimo até um e meio. Ou seja, cerca de 6.600.000 do saldo de empregos gerados percebem valores pouco maiores que um salário mínimo, não alcançando dois salários.

Pode-se constatar dois padrões de comportamento na análise. O primeiro diz respeito à quantidade líquida de empregos criados com valores até dois salários mínimos. Nesse caso, foram admitidas 12.388.883 pessoas ao longo do período 2000 a 2008. O segundo padrão aponta para os 2.747.303 desligamentos, todos ocorridos para postos cujos rendimentos superavam dois salários mínimos.

A despeito da comemoração em relação ao retorno da formalização nesse intervalo de tempo, é preciso atentar para a baixa qualidade da renda das vagas líquidas. Apenas a região Sudeste teve criação de empregos para o segmento de mais de dois salários mínimos. De qualquer forma, as 448.574 vagas geradas ainda percebiam menos de três salários.

Não obstante essa pequena diferença para o Sudeste, a desagregação por grande região do Brasil mostra o mesmo tipo de comportamento identificado no país para todas elas, ou seja, perda de vagas com remunerações mais elevadas (mais de dois salários mínimos) e criação de postos para de rendimentos abaixo deste valor. No Nordeste, a situação ainda se situa em nível inferior a todas as demais regiões. Nesse último caso, a perda de empregos ocorreu para níveis superiores a um e meio salários mínimos, ou seja, mais baixo. Também, na criação de vagas, a região Nordeste encontra-se em situação inferior às outras regiões brasileiras, pois neste caso existe apenas saldo positivo de vagas para ocupações cujos rendimentos atingem no máximo um e meio salário mínimo. É possível conferir em mais detalhe na Tabela 4.



Tabela 4 — Saldo de vagas formais segundo a faixa salarial  
Brasil (2000-2008)

Faixa salarial	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Total	383.405	1.336.958	5.535.514	1.842.162	634.023	9.732.062
Até 0,5	5.860	17.958	70.983	40.345	14.017	149.163
0,51 a 1	227.080	942.036	1.216.757	548.431	387.609	3.321.913
1,01 a 1,5	212.940	672.939	3.479.436	1.663.709	575.174	6.604.198
1,51 a 2	17.465	(2.269)	1.989.833	279.960	28.620	2.313.609
2,01 a 3	(23.788)	(108.186)	448.574	(243.241)	(140.491)	(67.132)
3,01 a 4	(9.968)	(50.047)	(341.565)	(146.701)	(81.044)	(629.325)
4,01 a 5	(10.377)	(41.741)	(318.480)	(88.622)	(51.499)	(510.719)
5,01 a 7	(14.737)	(45.731)	(425.785)	(96.488)	(54.696)	(637.437)
7,01 a 10	(8.668)	(26.584)	(252.719)	(56.065)	(28.442)	(372.478)
10,01 a 15	(5.428)	(17.927)	(177.630)	(39.940)	(15.723)	(256.648)
15,01 a 20	(2.105)	(7.101)	(69.095)	(16.584)	(5.792)	(100.677)
20,01 ou +	(2.520)	(11.629)	(127.539)	(23.839)	(7.360)	(172.887)
Ignorado	(2.349)	15.240	42.744	21.197	13.650	90.482

Fonte: CAGED 2010, elaboração própria.

Ainda na análise regional, é importante destacar que no Norte e no Nordeste a maior criação de postos de trabalho ocorreu na faixa de meio a um salário mínimo enquanto para o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste o mesmo fato aconteceu para a camada de mais de um mínimo até um salário e meio, ou seja, um pouco mais elevado. No que diz respeito à destruição de vagas, no Sudeste ocorreu na faixa de cinco a sete salários mínimos. Nas demais regiões, os desligamentos ficam em níveis de rendimentos mais baixos pois atingem a faixa de dois a três salários mínimos.

Com relação ao saldo de vagas, entre 2000 a 2008, o Sudeste teve saldo positivo entre admitidos e desligados, somente para ocupações que remuneravam no máximo até três salários mínimos. Nas demais regiões, a precarização foi mais intensa, com saldo positivo no Norte, no Centro-Oeste e no Sul, no nível de rendimento que vai até dois salários e, no Nordeste, o alcance máximo foi até 1,5 salários mínimos.

#### 4. ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA DO EMPREGO

A estrutura setorial do emprego em 2000, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais<sup>(8)</sup> (RAIS) apresentava a seguinte distribuição: o segmento de serviços (32,9%) concentrava o maior número de empregos, seguido pela administração pública (22,4), indústria de transformação (18,6%), comércio (16,2%), construção civil (4,2%), agropecuária (4,1%), serviços industriais de utilidade pública (1,1%) e, por último, o segmento extrativo mineral (0,4%).

(8) Não inclui apenas os trabalhadores subordinados ao regime da CLT como o CAGED.

A tendência ao longo dos nove anos estudados neste trabalho é de crescimento relativo nos segmentos de comércio, construção civil e extrativa mineral e queda nos segmentos de administração pública e agropecuária. Os demais setores mantêm-se estáveis.

Muito embora o saldo de vagas no período tenha sido maior no setor de serviços, como analisado anteriormente (Figura 3), não foi suficiente para alterar a estrutura relativa do emprego, uma vez que todos os segmentos apontaram saldos positivos, crescendo simultaneamente. Já o contrário pode ser observado no setor de comércio, pois os postos efetivamente criados (2.812.304) neste segmento foram significativos para alterar a sua participação na estrutura do emprego, ao atingir 18,6% dos postos formais em 2008. Comportamento semelhante pode ser observado com a construção civil e o setor extrativo mineral. A construção civil atinge cinco por cento de participação dos postos de emprego em 2008 contra 4,2% do início do período (2000) e o setor extrativo mineral cresce levemente. Observa-se que foram criados efetivamente apenas 68.700 empregos no setor extrativo mineral, contra os mais de 2 milhões da indústria de transformação que, no entanto, mantém a mesma participação de 18,5% nos anos em análise.

A estrutura regional do emprego formal guarda concentração no Sudeste, tendo sido a maior quantidade de empregos líquidos efetivamente criados ao longo do período em pauta. Entretanto, é possível confrontar o saldo de empregos criados por região (Figura 1) com a Tabela 5, e perceber que o peso relativo da região Sudeste apresenta desempenho relativo de sua participação declinante. Chegou a apresentar 53,5% dos postos de trabalho em 2000, reduzindo-se timidamente para 51,7% em 2008. Já as regiões Norte e Nordeste embora tenham figurado respectivamente como, última e terceira geradoras líquidas de emprego na comparação das cinco grandes regiões brasileiras entre 2000 e 2008, é possível observar a tendência de aumento de suas participações relativas.

**Tabela 5 — Estrutura do emprego formal — participação por grandes regiões — Brasil (2000-2008)**

<b>Ano</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro-Oeste</b>
2000	4,2	16,7	53,5	17,6	8,0
2001	4,3	16,8	53,1	17,9	8,0
2002	4,5	16,9	52,7	17,7	8,1
2003	4,7	17,2	52,1	17,8	8,2
2004	4,9	17,2	51,8	17,9	8,3
2005	5,0	17,5	51,8	17,5	8,3
2006	5,1	17,6	51,6	17,6	8,2
2007	5,2	17,5	51,9	17,3	8,1
2008	5,3	17,6	51,7	17,2	8,2

Fonte: RAIS/MET 2010, elaboração própria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica do período 2000 a 2008, sobretudo a partir de 2003, privilegia a formalização no mercado de trabalho. De fato, o processo de terceirização dos anos 90 teria incentivado o “expurgo” de atividades do interior das empresas para fora, num movimento em que pequenas empresas ou mesmo indivíduos, sob a designação de pessoa jurídica, passavam a executar tais tarefas para a empresa principal. Neste sentido, a partir das informações sistematizadas, foi possível constatar tanto o aumento da formalização dos empregos quanto identificar que esta ocorreu majoritariamente em estabelecimentos de microporte, conforme a classificação do SEBRAE.

O tratamento fiscal diferenciado para microempreendedores teve papel fundamental na regularização de seus trabalhadores. É possível inferir tal constatação uma vez que são as microempresas (com até 19 empregados) as que mais contrataram, seguidas pelas de grande porte (com mais de 500 empregados) e não pelas de pequeno porte. É provável que existisse grande contingente de trabalhadores nesse segmento ou mesmo de empresas, operando na economia à margem da formalidade. O aperfeiçoamento do tratamento tributário e a captação de crédito para pequenas e microempresas estavam no escopo das observações apresentadas anteriormente por uma das vertentes de pensamento.

Na dimensão institucional, a atividade econômica intensa tanto no plano externo quanto no interno, aliada ao tratamento fiscal diferenciado, ensejou a criação de mais de oito milhões de postos de trabalho, somente em microempresas. De fato, cerca de 70% dos postos foram gerados nos setores de serviço e comércio em conjunto. Entretanto, é preciso destacar que a indústria de transformação surge como terceira maior empregadora, com recuperação acentuada a partir de 2003 e corroborando a importância de elaboração de política industrial, uma das recomendações de Coutinho, Baltar e Camargo (1999), mencionadas no corpo deste trabalho.

Da mesma forma que a indústria de transformação, a construção civil apresentou um dinamismo relevante nos últimos anos do período, ampliando sobremaneira o emprego formal no setor e mostrando seu efeito capilarizador na economia.

Em relação à educação, é preciso atentar para dois importantes aspectos. No primeiro, a exigência de empregados com mais grau de escolarização do que nos anos 90. Na verdade, inexistiu criação líquida de emprego para pessoas com até o quinto ano quarta série; ao contrário, o movimento do período mostra uma substituição destes empregados por outros de níveis de instrução mais altos, no caso para pessoas com oitava série ao segundo grau. Nesse segmento, foram criados 90% dos novos postos de trabalho formais ao longo dos anos 2000. No segundo aspecto, é preciso relativizar a importância da educação como determinante para se conseguir um emprego. Os dados indicam que, embora tenha havido ao longo do período saldo líquido de vagas com maior grau de escolaridade, há proporcionalmente oito vezes mais postos criados para o nível de segundo grau do que para nível superior, nenhuma vaga efetivamente criada para portadores de mestrado e apenas um posto

de trabalho com doutorado, na região Sudeste. É muito provável que profissionais com esse tipo de titularidade tenham sido absorvidos pelo mercado de trabalho sob o regime estatutário. Então, a despeito do processo positivo de formalização, a estrutura produtiva brasileira não demandou indivíduos com grau de formação acadêmica mais elevada, pois há oferta disponível deste tipo de profissional.

A geração de empregos segundo a faixa de rendimentos sustenta a informação anterior. As vagas criadas no período atingem no máximo dois salários mínimos. Houve valorização do salário mínimo, não obstante ainda sejam valores baixos. Acima de dois salários mínimos ocorreram mais desligamentos que admissões, levando a concluir que postos acima de dois salários mínimos foram substituídos por empregos com rendimentos abaixo deste valor. Isso porque, o saldo de 9,7 milhões de vagas líquidas resulta da diferença entre doze milhões de admissões nos níveis abaixo de 2 salários mínimos e 2,3 milhões de desligamentos acima deste valor (2 salários mínimos).

Como mostrado anteriormente, a região Nordeste ainda indica uma situação de maior fragilidade, pois ali a geração de empregos aconteceu para um nível ainda inferior de rendimentos (1,5 salários mínimos). A constatação do tipo de nível de rendimento das ocupações geradas contraria a linha de pensamento que apregoava a criação de postos de trabalho de maior nível a longo prazo.

Apesar das alterações no tipo de contratação do trabalhador, privilegiando a formalização, no que tange ao aspecto regional, persiste a concentração das novas vagas no Sudeste, onde foram criados quase 60% dos postos líquidos do período, seguidos pela região Sul. Em conjunto, nessas duas regiões foram criados quase 70% do saldo de vagas do período, indicando a necessidade de se fortalecer as políticas regionais de investimentos e conseqüente geração de empregos.

Outro tipo de dinâmica a ser ressaltada é o grupo etário que ocupou os novos postos de trabalho criados. Cerca de 78% dos empregos em média para os nove anos estudados foram preenchidos por pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos, contrariando a grande preocupação com a inserção do jovem no mercado de trabalho. Nesse caso, é possível observar uma substituição de trabalhadores com mais de 39 anos por empregados com idade inferior a esta, pois o saldo percentual de desligamentos para o primeiro grupo é de 10,5%, enquanto as admissões para o segundo grupo atingem 110,4% do saldo líquido total (admissões menos desligamentos). Esse perfil da estrutura do emprego revela, muito provavelmente, uma demanda por trabalhadores iniciantes em detrimento daqueles mais experientes e com melhores salários, em razão das informações salariais mostradas (mais baixas) associadas à preferência por pessoas mais jovens.

A dinâmica em relação ao sexo das ocupações privilegia os homens em todos os segmentos, à exceção da Administração Pública, onde as mulheres são maioria. Entretanto, é interessante ressaltar que o movimento vem se modificando mais recentemente e, em 2008, a quantidade de postos de trabalho gerados para as mulheres passa a superar as geradas para os homens.

Finalmente, distinguem-se algumas dimensões de análise. No aspecto legal, a qualidade do emprego elevou-se uma vez que a formalização dos postos de trabalho aumentou significativamente. No aspecto educacional, o movimento é ambíguo. Se por um lado, aumenta o grau de instrução do emprego gerado, sobretudo para o segundo grau completo, por outro, o saldo entre admitidos e desligados para pessoal com qualificação mais sofisticada — como mestrado e doutorado — mostrou que de fato apenas uma pessoa foi efetivamente admitida com nível de doutorado. Mesmo para indivíduos com superior completo, a estrutura de emprego do período demandou apenas 8,5% de trabalhadores. Na dimensão salarial, a qualidade do emprego manteve-se em níveis baixos; portanto, a produtividade e competitividade ocorridas ao longo da década de 1990 não produziram empregos de mais altos salários. Assim, o dinamismo da economia, juntamente com medidas fiscais, foram importantes para a incorporação de trabalhadores; entretanto, uma política industrial aliada a uma política de ciência e tecnologia traria outro tipo de estímulo, promovendo uma estrutura de emprego de mais qualidade, o que ainda não se verifica pela configuração da estrutura de empregos quando se leva em conta os setores e a dimensão espacial. Além disso, como enfatiza Coutinho, Baltar e Camargo (1999), o financiamento de longo prazo deve fortalecer grupos empresariais nacionais para que estes possam ter expressão como atores no plano global.

#### REFERÊNCIAS

AMADEO, Edward. Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. In: Posthuma, Anne Caroline. *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

BALTAR, Paulo. Eduardo; SANTOS, Anselmo Luis; KREIN, José Dari; TRONCOSO, Eugênia Leone; PRONI, Marcelo Weishaupt; MORETTO, Amilton; MAIA, Alexandre Gori; SALAS, Carlos. *Trabalho nos primeiros anos do século XXI: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*, mimeo texto OIT, 2010.

BONELLI, Regis. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: reação empresarial e mercado de trabalho In: Posthuma, Anne Caroline. *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

COUTINHO, Luciano; BALTAR, Paulo Eduardo; CAMARGO Fernando. Desempenho industrial e do emprego sob a política de estabilização. In: Posthuma, Anne Caroline. *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

DEDECCA, Claudio Salvadori. O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 18, n. 1 (69), jan.-mar. 1998.

FUNDAÇÃO IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. Rio de Janeiro, PNAD, 2001 a 2008.

\_\_\_\_\_. *Panorama da economia brasileira*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2000/2005/comentario.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

HIRATUKA, Célio; BALTAR Carolina; ALMEIDA Rodrigo. Inserção brasileira no comércio mundial no período 1995-2005. *Boletim NEIT*, IE-Unicamp, n. 9, Campinas, 2007.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008*. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2008/leicp128.htm>> Acesso em: 2 abr. 2010.

MTE. *Registros Administrativos: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. CAGED*, Brasília, 2000 a 2008.

NERI, M.; CAMARGO, J. M.; REIS M. C. *Mercado de trabalho nos anos 90: Fatos estilizados e Interpretações*. Rio de Janeiro: IPEA, TD n. 743, 2000.

SEBRAE. SEBRAESP/FIPE. *Estudo da mortalidade das empresas paulistas*. São Paulo: SEBRAESP/FIPE, Pesquisas Econômicas, 1999.

Recebido em 28 de Junho de 2010.

Aceito em 1º de novembro de 2010.